

Crimes impressos: a imprensa como fonte de pesquisa para a história social do crime.*

Francisco Linhares Fonteles Neto**

O crime como objeto de estudo

No século XIX as Ciências Sociais problematizar, as cidades, as transformações sofridas no espaço urbano e no processo de industrialização, temas que inquietaram intelectuais. Em face destes problemas que emergiam, um tema passa a ser alvo de preocupação maior, o crime.

O crime será encarado, pelos intelectuais do século XIX, como um sinal visível da desordem social, e acreditava-se que o aumento do conhecimento da sociedade poderia contribuir para o controle ou até mesmo a eliminação desse tipo de “patologia social” (BRETAS, 1991). Dessa forma, foram elaborados novos conceitos e estratégias de controle e vigilância sobre os indivíduos mais pobres e suas práticas socioculturais admitidas, ou pelo menos toleradas, em público (STORCH, 1985).

As autoridades públicas e policiais, possuidoras de poder coercitivo, desenvolveram mecanismos de controle social mais efetivos sobre os populares e suas interações no ambiente familiar, no trabalho e nas práticas recreativas de sociabilidade, formando um panorama que vai se constituindo como base de investigação sobre o crime, o qual aponta para o desvio de comportamento estabelecido como normal. As concepções científicas pretendiam buscar na individualidade humana a razão da violência e do crime, que serviriam de argumento na construção simbólica dos populares como pessoas rudes e perigosas.

A visão que será criada sobre os indivíduos pobres, moradores das cidades, fundamentou as teorias e estratégias policiais para a sua atuação, no início do século XX, consolidando-se a prerrogativa da suspeição generalizada, ou seja, “todo cidadão é suspeito de alguma coisa até prova em contrário!” (CHALHOUB, 1990).

A história do crime, em sua origem, esteve ligada ao campo das ciências jurídicas e médicas. Seus discursos representam, ao longo do século XIX e início do

* Texto apresentado no XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 50 anos. São Paulo - USP. 17 de julho de 2011.

** Professor do departamento de História da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte-UERN. Doutorando em História Social UFRJ.

XX, um espaço de disputas de saberes e afirmações acadêmicas. Nesse sentido o médico italiano Cesare Lombroso e seus estudos exerceram grande impacto na Antropologia Criminal e no Direito Positivo. Para Lombroso, o foco das atenções estaria no criminoso. Era necessário qualificar e estabelecer seu perfil, pois a Escola Italiana afirmava a existência da degeneração do caráter do sujeito que comete crime, o que o médico acabou por definir como o “criminoso nato”.*

Para o historiador social do crime, o que deve ser apurado e sintetizado de tudo isso é a compreensão que houve sobre o tema ao longo do processo histórico; uma tentativa de se definir o crime. Ao se fazer isso, constrói-se uma definição social, cultural, histórica e variável, que deve ficar bem clara para quem estuda o tema.

A temática sobre o crime é bastante rica e possibilita levantar uma série de questões[†]. Apesar disso, os estudos históricos ainda têm se detido às fontes judiciais e policiais, não dando o merecido lugar de destaque a outras fontes importantes e à cobertura que deram ao crime.

Não negamos a grande potencialidade que as fontes criminais, produzidas durante o século XIX e início do século XX, deram aos estudos históricos[‡], permitindo entender o mundo de homens e mulheres simples que não deixaram registros escritos. Essas fontes abriram caminho para os historiadores brasileiros investigarem a vida cotidiana de sujeitos marginalizados e anteriormente desprezados pela pesquisa histórica, passando a levar em consideração a vida material das pessoas simples, a

* Em sua obra “O homem delinqüente”, Lombroso justifica suas teorias, tendo como aliada a Antropologia Criminal. Criticava o Direito Clássico pautado na análise de julgamento sobre o livre arbítrio e a responsabilidade criminal. Para Lombroso, o direito necessitava de uma base científica e empírica para analisar o crime, era preciso explicá-lo através da ciência médica, que constataria sua “predisposição fisiológica”. Cf. LOMBROSO, Cesare. *O homem delinqüente*. Rio de Janeiro. Editoriano. 1983. Ver também. DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

[†]Uma corrente de historiadores procurou estudar o crime como forma de resistência, a partir dos registros policiais e judiciais, dando enfoque aos delitos dos escravos, o que era constantemente arrolado nesta documentação como “ato criminoso”. Ver ALGRANTE, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Rio de Janeiro. Vozes, 1988. & HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro. FGV, 1997. Estes trabalhos tiveram a influência da historiografia inglesa, a partir dos trabalhos de Hobsbawm, Linebaugh e Thompson.

[‡] Existem trabalhos clássicos, na historiografia brasileira, que se tornaram referência no uso das fontes judiciais, sobretudo processos crime. Cf. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*. Campinas- Sp. Ed. da Unicamp, 2001. & ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

forma com que articulavam suas ações e as condições de trabalho a que era submetida a classe trabalhadora. Enfim, uma série de possibilidades abriu-se para os historiadores.[§]

Aliada a essa inovação metodológica e à pesquisa munida de farto material empírico, tem-se a década de 1980, que fora extremamente favorável à pesquisa histórica no Brasil, à proliferação dos cursos de pós-graduação e o surgimento de novos temas, os quais passaram a ser objeto de investigação. Deve-se, ainda, levar em consideração a leitura de autores como Michel Foucault e Edward P. Thompson, que revigoraram as discussões teóricas e metodológicas no campo da pesquisa, despertando e incentivando uma nova leitura sobre “velhos temas” e ventilando a possibilidade de temas pouco explorados como sexualidade, criminalidade, violência, etc.

O próprio processo histórico pelo qual o Brasil passava levou alguns intelectuais a refletirem sobre questões que afligiam os principais centros urbanos. Problemas que se tornavam crônicos e de interesse coletivo à época preocupavam a sociedade civil que começava a se organizar. A exemplo disso, citamos o Seminário Crime, Violência e Poder, que ocorreu na Universidade de Campinas, em 1983. A proposta era discutir o crime na sociedade moderna, juntamente com pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Para tanto, o objetivo do seminário era buscar um entendimento além do campo do direito.

O interesse crescente das Ciências Sociais possibilitou discutir temas variados como: o controle social e a criminalidade, a industrialização e o crime, violência urbana e repressão policial. Buscava-se trazer a público esclarecimento para a série de problemas enfrentados no Brasil em momento de redemocratização - violência, autoritarismo e criminalidade.

Os historiadores, por sua vez, enriqueceram essa discussão entre a cidade e o crime, ampliando as fontes para o estudo. Nesse sentido, o clássico trabalho de Boris Fausto crime e cotidiano, que analisa farta documentação judicial penetrando no mundo do crime em São Paulo durante a transição do século XIX para o XX.

[§] Em “*As empadas do confeitiro imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro*”. In: Acervo. v. 15. n. 1. Jan-jul. Rio de Janeiro, 2002. O historiador Marcos Bretas mostra como é possível utilizar as fontes criminais (processos e jornais) para se investigar a história do crime.

A História social do crime a partir da imprensa

Há algum tempo as fontes impressas deixaram de ficar em segundo plano e suspeições que descredenciavam sua validade para a pesquisa histórica foram deixadas de lado. Geralmente as críticas em torno da utilização dos jornais para a pesquisa histórica eram de que estas “enciclopédias do cotidiano” seriam inadequadas para a recuperação do passado, pois continham registros fragmentários do presente, realizados sob o influxo de interesses, compromissos e paixões. Nesses registros não era permitido captar o ocorrido, fornecendo apenas imagens parciais, distorcidas e subjetivas. Segundo essa crítica não havia independência e exatidão no conteúdo editorial (DE LUCA, 2005). Superadas essas discussões, registramos aqui nosso particular interesse pela imprensa.

A subjetividade desta fonte pode ser apreendida pelo historiador na medida em que ela se materializa nas notícias, tornando-se passível de investigação, percebendo interesses e nuances contidas em suas folhas. A imprensa não deve ser utilizada apenas para justificar argumentações, buscando somente as “informações” que nos interessem para comprovar nossas hipóteses. Devemos problematizá-la, entendendo o lugar social ocupado pelos periódicos, ou seja, o momento que este veículo de informação ganha força na divulgação da notícia do crime, pois o historiador que utiliza a imprensa como fonte principal trabalha necessariamente com o que se tornou notícia. É preciso estar atento para as motivações que levam determinado assunto a ser publicado e o destaque que lhe é conferido nas páginas dos jornais.

É possível penetrar no mundo do crime analisando sua construção social a partir da imprensa órgão catalisador das idéias e proposições formuladas pelos teóricos do crime, possui estrutura e narrativa diferenciadas. Se comparada às fontes criminais, como os processos-crime e documentos de delegacias elaborados pelos bacharéis em direito, a imprensa confere ao crime visibilidade e contorno diferenciado em sua construção. As fontes criminais registram, de forma regulada, os flagrantes e denúncias, onde ocorriam e quem eram os envolvidos, nos permitindo explorar as narrativas das vítimas e testemunhas e, conseqüentemente, as especificidades da época. A imprensa, por sua vez, confere aos fatos criminais um juízo de valor adotado pelos jornalistas, visando sempre o interesse do público, pois o jornal é, antes de tudo, um produto a ser vendido (PESAVENTO, 2005).

Os periódicos, de forma mais acessível ao grande público, passam a canalizar e disseminar as teorias criminológicas, no fim do século XIX e início do XX, e ao mesmo tempo serviam de ressonância para a construção de estereótipos em torno da figura do criminoso nos setores populares, evidenciando estigmas físicos e traços de sua personalidade. A partir daí, criminosos passam a conquistar notoriedade por terem seus crimes registrados nos jornais e revistas. Surgem os primeiros repórteres especializados que não se limitam apenas ao mero registro. Eles introduzem a crônica policial como uma peça caracterizada por certo estilo e competem, às vezes, com as autoridades na apuração dos crimes misteriosos.

Através das narrativas de jornais, Sandra Gayol apresenta uma nova possibilidade para se escrever a história social do crime, valorizando esta documentação e mostrando a riqueza de informações que ela nos reserva. Explora a imprensa como uma outra fonte de investigação do crime. Ela estabelece uma relação entre a explosão demográfica ocorrida em Buenos Aires, devido a forte imigração no fim do século XIX, as mudanças no traçado urbano da cidade e os problemas decorridos de tal fenômeno.

Nesse contexto, a autora acaba privilegiando os crimes sexuais cometidos contra as mulheres, estabelecendo uma relação entre sexo, crime e violência e as teorias criminológicas tão em voga àquela época. A autora tenta reconstruir, a partir da narrativa dos periodistas, o discurso que analisa a mulher criminosa e os argumentos do saber criminal, que procuravam estabelecer um padrão de comportamento social (GAYOL, 2003).

A partir da história social - entendendo a imprensa como um construto social, ou seja, ela é produto de ações e intenções humanas no tempo, é também onde podemos localizar idéias, sentimentos e vontades. Essas matérias, publicadas na imprensa, nos ajudam a traçar um panorama pelo qual a cidade passava. Somando-se a isso, a grande imprensa passa a cantar diariamente e com bastante ênfase o **crime**, concedendo a ele lugar privilegiado, ou seja, colunas específicas.

É necessário que se faça uma associação dos fatos narrados com os motivos que os tornaram notícias. O que queremos dizer é que se deve dar importância não só à notícia, mas também ao local de sua divulgação e às estratégias que foram utilizadas em sua narrativa, tais como ênfase em certos temas, linguagem, conteúdo e o público que o jornal pretendia atingir. Para que tais estratégias sejam percebidas, é indispensável a

observação da forma pela qual vão se constituindo as narrativas sobre o crime e quais as notícias que ocorrem com maior frequência.

A atividade jornalística em Paris, por exemplo, ganha destaque na cobertura do criminal, principalmente no início do século XX, os periódicos *Le petit parisien* e o *Le petit journal*, jornais populares por excelência que destinavam mais de 12% de suas páginas aos crimes de roubo e agressões possibilitando perceber como o imaginário do crime é construído em torno das biografias, da personalidade do criminoso e do romance policial, fortalecendo suas argumentações sobre a opinião pública e representações sobre o crime, entendendo, desta forma, o significado social das narrativas de crime (KALIFA, 1995).

Ao estudar de maneira aprofundada a estrutura do noticiário criminal dos anos de 1920, na Argentina, Silvia Saítta refletiu sobre a relação existente entre esse e outros gêneros discursivos, averiguando um cruzamento entre eles.

Historias de violencia, delito y marginalidad encontraron un lugar en la prensa de todos los días, narradas en el cruce de diversos géneros discursivos- el discurso científico, las historias de vida o la biografía-, y apelando a procedimientos narrativos provenientes tanto de la novela policial de enigma y del folletíns". (SAÍTTA, 1999:68)

Percebe-se, portanto, que esses sujeitos passam a transitar por dois mundos - o mundo da legalidade e o mundo do delito - sem pertencer a nenhum, haja vista que freqüentavam delegacias, entrevistavam policiais e, ao mesmo tempo, faziam matérias sobre cafetinas, delinqüentes, etc. Somam-se a isso as várias técnicas que vão ser incorporadas às impressões gráficas que possibilitaram, assim, oferecer ao público leitor não só as notícias, mas imagens, fotos e caricaturas de criminosos.

Na historiografia brasileira alguns trabalhos já têm estudado a imprensa para se entender o crime, porém dentro de perspectivas limitadoras. O trabalho de Ana Gomes Porto, por exemplo, utiliza o jornal O Estado de São Paulo, no fim do século XIX, para mostrar o interesse de uma nova sociedade emergente que buscava pautar-se na "ordem". A autora traça um panorama interessante entre as narrativas e recursos literários de outros gêneros, apresentando uma junção entre eles, característica da imprensa neste período, cujo objetivo era tornar os textos mais interessantes aos leitores. No entanto, Porto apenas reproduz o discurso do jornal, enfatizando o estudo

dos recursos literários utilizados na publicação dos noticiários, deixando de perceber a construção do significado do crime pela imprensa (PORTO, 2003) .

Elizabeth Cancelli constata que a imprensa brasileira, no início da centúria passada, cria o sensacionalismo e deixa evidenciada a teatralização da informação. A dramatização e a teatralidade, contidas na linguagem dos noticiários, desnudam “uma espécie de espetáculo público sobre a condição humana” (CANCELLI, 2001), no qual os leitores/espectadores, do outro lado das páginas, acompanham, atentos, o desenrolar dos acontecimentos. Isso fica bem claro quando a autora passa a analisar crimes que envolviam a honra, tomando, estes, dimensões que muitas vezes extrapolam o privado, ganhando visibilidade nas páginas dos jornais.

Embora perceba a presença do sensacionalismo no discurso da imprensa, elemento significativo na diferenciação entre ela e as fontes acadêmicas, a pesquisa tenta dar conta do estudo do crime no Brasil a partir de diversas fontes e examinando, de forma prioritária, a imprensa de São Paulo e do Rio de Janeiro, o que a leva à superficialidade e homogeneidade no tratamento dos noticiários dos jornais.

Durante muito tempo o crime foi assunto de páginas e mais páginas de livros restritos a bacharéis, dando enfoque à sua origem e com o intuito de prevenir e controlar sua propagação. Com o desenvolvimento da imprensa, no início da centúria passada, a temática do crime passa a receber um enfoque diferenciado e a atingir um público mais amplo **. Devido à boa aceitação do assunto, editores se motivaram a criar estratégias para atrair e prender a atenção do público, entre elas espaços exclusivos aos noticiários dos crimes ocorridos nas cidades e matérias sensacionalistas.

É fundamental perceber como os jornais narram questões ligadas ao crime, construindo narrativas criminais mais próximas do gosto popular, diferentes das narrativas dos delegados e chefes de polícia, fontes mais acadêmicas, logo, distantes do grande público. Assim, podemos perceber e aprofundar as nuances entre os discursos dos jornais e dos bacharéis.

** O interesse da imprensa para as questões ligadas ao crime pode ser historicizado a partir da última década do século XIX, quando os contos de investigação policial sobre crimes fantásticos têm lugar assegurado nos jornais e revistas inglesas. O crime aparece nos romances policíacos como um fenômeno urbano. Cf. DOYLE, Arthur Conan. *Sherlock Holmes*, v. 1: Edição definitiva, comentada e ilustrada. Nova Edição Anotada. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

Bibliografia.

ALGRANTE, Leila Mezan. *O feitor ausente: estudos sobre escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Rio de Janeiro. Vozes, 1988.

BRETAS, Marcos Luiz. *O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente*. In: Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais, n. 32,1991.

_____, “As empadas do confeitiro imaginário: a pesquisa nos arquivos da justiça criminal e a história da violência no Rio de Janeiro”. In: Acervo. v. 15. n. 1. Rio de Janeiro, 2002.

CANCELLI, Elizabeth. *A cultura do crime e da lei. 1889-1930*. Brasília: Editora Universidade de Brasília. Série Prometeu. Edições Humanidades, 2001.

CHALHOUB, Sidney. *Classes Perigosas*. Revista Trabalhadores, n. 6. Campinas: SMCSP,1990.

_____, *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle époque*. Campinas- Sp. Ed. da Unicamp, 2001

DARMON, Pierre. *Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1991.

DE LUCA, Tânia Regina. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: Fontes Históricas. Carla B. Pinsky (org). São Paulo: Contexto, 2005.

DOYLE, Arthur Conan. *Sherlock Holmes*, v. 1: Edição definitiva, comentada e ilustrada. Nova Edição Anotada. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 2005.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano em São Paulo 1870- 1924*. 2º. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

GAYOL, Sandra. *Sexo, violência y crimen en la ciudad moderna: Buenos Aires en el recambio de siglo*. In: História Cultural: experiência de pesquisa. Sandra Jatahy Pesavento (org.) Et al. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro. FGV, 1997.

KALIFA, Dominique. *L'encre et le sang: recits de crime es société à la belle époque*. Paris, Fayard, 1995.

LOMBROSO, Cesare. *O homem delinqüente*. Rio de Janeiro. Editoriano. 1983.

PESAVENTO, Sandra. *Crime, violência e sociabilidades urbanas*. In: *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, N.4. 2005.

PORTO, Ana Gomes. *Crime em letra de forma. Sangue, gatunagem e um misterioso esqueleto na imprensa no prelúdio republicano*. Dissertação de Mestrado, IFCH, UNICAMP. 2003.

SAÍTTA, Silvia. *Pasiones privadas, violencias públicas: representaciones del delito en la prensa popular de los años veinte*. In: *Violencias, delitos y justicias en la prensa Argentina*. GAYOL, Sandra y KESSLER, Gabriel. Universidad Nacional de General Sarmiento.

STORCH, D. Robert. *O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana*. In: *Revista Brasileira De História*. São Paulo. 1985.